



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Centro Empresarial Aeroespacial”, de responsabilidade da Penido - Construtora e Pavimentadora Ltda., realizada no dia 1º de fevereiro de 2011, na cidade de Caçapava/SP.

Realizou-se, no dia 1º de fevereiro de 2011, às 17 horas, no Cine Vogue - Rua Coronel José Guimarães, 160 – Centro - Caçapava/SP, a audiência pública sobre a “Centro Empresarial Aeroespacial”, de responsabilidade da Penido-Construtora e Pavimentadora Ltda., (Proc. SMA 152/2010). Dando início aos trabalhos, o Secretário-Executivo do CONSEMA, Germano Seara Filho, declarou que, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do Consema, Bruno Covas, saudava e dava boas vindas aos representantes do Poder Executivo – na pessoa dos Excelentíssimos Senhores Carlos Antônio Vilela, Prefeito Municipal de Caçapava; Darcy Breves de Almeida, Vice-Prefeita Municipal de Caçapava; Antônio Luiz Juliano de Almeida, Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Agricultura; Douglas Eduardo Ivanov, Secretário Municipal de Administração de Caçapava; Maria de Fátima dos Santos Lopes, Secretária Municipal de Cidadania e Assistência Social de Caçapava; Fernando Diniz Borges, Secretário de Segurança e Trânsito de Caçapava; Irene Maria Borsoi Pavelec Antônio, Secretária Municipal de Educação de Caçapava; Carlos Henrique de Oliveira Silva, Secretário Municipal de Planejamento e Meio Ambiente de Caçapava –, do Poder Legislativo – nas pessoas dos Excelentíssimos Senhores Vereadores Daniel Lazarini, Presidente da Câmara Municipal de Caçapava; Arnaldo Lopes Pestana Neto Júnior, José Ferreira da Cunha, Henrique Lourivaldo Rinco de Oliveira, José Carlos da Silva Ferreira (vulgo “Zé Bergue”), Neide Aparecida da Costa Palmeira, Paulo Eugênio, Reinalma Montalvão, Sebastião Lopes da Silva, todos vereadores pelo Município de Caçapava; do Ministério Público Estadual, na pessoa do Excelentíssimo Senhor Promotor de Justiça Dr. Manoel Monteiro –, das organizações da sociedade civil – nas pessoas dos Ilustríssimos Senhores Felipe Cury, presidente da Associação Comercial e Industrial de São José dos Campos-ACI; Carlos Roberto Ventura, representante da Associação AMANARI, de Caçapava; Cleber Córdoba, Presidente da Associação dos Construtores do Vale do Paraíba; Luiz Eduardo Corrêa Lima, representante do Instituto de Estudos de Proteção Animal-IEPA, de Caçapava; Orlando Batista Gomes, representante da Associação Eco Vital, de Caçapava; José Moraes Barbosa, representante do Fórum Permanente em Defesa da Vida, de São José dos Campos; Vicente de Moraes Cioffi, representante do Conselho Municipal do Meio Ambiente-CONAM, de São José dos Campos; Gabriel Alves da Silva Júnior, representante do Núcleo Regional do Plano Diretor Participativo do Vale do Paraíba e Litoral Norte; e Paulo Jair, representante da Associação do Bairro de Caçapava Velha-AMAVIME –, dos órgãos governamentais, das entidades, enfim, a todos que vieram participar da audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Centro Empresarial Aeroespacial”, de responsabilidade da Penido-Construtora e Pavimentadora Ltda., (Proc. SMA 152/2010). O Secretário-Executivo do Consema esclareceu que possuía a função regulamentar de conduzir as audiências públicas promovidas pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente e pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente-CONSEMA sobre empreendimentos, projetos e obras em licenciamento, planos de manejo, enfim, acerca de tudo aquilo que diz respeito ao Sistema Estadual do Meio Ambiente. Declarou ainda que a audiência pública, como indica o próprio nome, é um evento aberto a qualquer interessado, dado que se pretende sempre democrático, e em cujo desenrolar determinada proposta ou projeto é apresentado a todos, para que dêem as opiniões, formulem indagações, contribuições, sugestões e críticas e tudo o que possa contribuir para melhoria do projeto ou proposta apresentada. Esclareceu também que seu papel nas audiências públicas é completamente



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

isento, e sua função, tão somente conduzir os trabalhos de forma totalmente neutra e garantir que aqueles que tenham algo a dizer possam fazê-lo de forma democrática e organizada. Expôs resumidamente as normas estabelecidas pela Deliberação Consema 34/01 para a condução das audiências públicas e declarou que o CONSEMA previu que elas se desdobrem em três momentos ou partes. Esclareceu que na primeira parte tem lugar a apresentação, pelo empreendedor ou seu representante, do projeto ou proposta e, em seguida, uma exposição detalhada dos estudos ambientais elaborados sobre ele. Explicou que, imediatamente após, fariam uso da palavra aqueles que representam as organizações da sociedade civil, com direito cada um deles a até cinco minutos, seguidos por cidadãos que não representam órgãos públicos ou entidades civis e que falam em seu próprio nome, com direito a três minutos cada um. Em seqüência, se manifestam os representantes de órgãos públicos das esferas federal, estadual e municipal, a seguir, os representantes do CONSEMA e do COMDEMA que se inscreverem, com direito também a cinco minutos cada um. Por fim, acrescentou, falariam os representantes do Poder Executivo, seguidos daqueles que representam o Poder Legislativo, e que o motivo pelo qual os representantes desses dois poderes falam em último lugar é que só assim eles podem manifestar-se acerca das críticas, elogios e sugestões feitas pelos diferentes segmentos da sociedade que antes deles tenham se manifestado. Acrescentou que, só assim, os representantes desses dois Poderes podem opinar ou oferecer esclarecimentos que eventualmente os pontos de vista expostos tenham suscitado. O Secretário-Executivo do CONSEMA esclareceu ainda que a Mesa Diretora dos Trabalhos é presidida por ele, por um representante do CONSEMA, eleito entre os conselheiros presentes, no caso o Conselheiro Marcelo Robis Francisco Nassaro, a quem convidou para compor a mesa, e por um representante da CETESB, naquela audiência Cláudia Sorge, representante do Setor de Avaliação de Empreendimentos Urbanísticos e de Lazer, a quem chamou também à mesa. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do empreendedor e da empresa responsável pela elaboração do EIA/RIMA. Rogério Humberto Ribeiro Penido, representante da Penido Construtora e Pavimentadora Ltda., ofereceu em linhas gerais breve histórico da empresa e prestou informações acerca do projeto, enquanto a geógrafa Rosa Cristina de Itapema Silveira, representante da CEMA-Consultoria e Estudos Ambientais, apresentou os estudos ambientais pertinentes, dando ênfase aos principais impactos e às medidas a serem implementadas para compensá-los. Passou-se à etapa em que se manifestam representantes de entidades ambientalistas cadastradas junto à Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo, que por sua vez indicaram para representá-los a Sra. Selma Cristina Antunes dos Santos, representante do Instituto Ecosolidário, e o Sr. Sullivan Morais Santos, representante da organização não-governamental Eco Vital. Selma Cristina Antunes dos Santos teceu inicialmente elogios à equipe técnica da Penido, relatando em seguida as razões pelas quais opinava estivesse o EIA-RIMA em desacordo com o plano diretor do município, e destacou conflito entre a legislação que se deve e a que se quer ver aplicada. Argumentou que a acelerada expansão industrial em setores periféricos, aliada à falta de fiscalização em determinados locais, estaria conduzindo incontáveis municípios a um processo de degradação que afirmou não desejava ver reproduzido em Caçapava. Alertou para a desconsideração, pelo estudo apresentado, de importante área de cerrado na região, e, nada obstante deixasse patente que não se opunha a nenhum projeto, desde que atendesse aos pressupostos da sustentabilidade, exortou aos empreendedores que atuassem em respeito ao plano diretor do município, de modo a garantir a manutenção da qualidade de vida da população daquela região. Declarou que todas as reivindicações de que era porta-voz seriam protocolizadas junto à mesa dos trabalhos, e lembrou, acerca de como se dará a compensação ambiental, que o município necessita de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

outras áreas verdes, incluindo um grande parque, e que as iniciativas nesta seara deveriam ser tomadas somente após ampla discussão com a comunidade diretamente interessada, e não de modo unilateral e impositivo. Dissertou ainda e uma vez mais acerca da relevância que o plano diretor exibe no âmbito da política de desenvolvimento integrado e expansão urbana, de que é o mais importante instrumento, e finalizou seu discurso sublinhando a necessidade de que houvesse uma ajuste orgânico entre este documento e o estudo em debate. Sullivan Moraes Santos, representante da organização não-governamental Eco Vital, agradeceu inicialmente o tempo que lhe fora cedido para uso da palavra, solicitando em seguida fossem prestados esclarecimentos relacionados à outorga relativa à perfuração de poço no local do empreendimento. Indagou sobre como se daria a disciplina de uso racional da água pelo empreendimento, à vista do imperativo de preservação do precioso elemento. Pediu fosse dada maior atenção à questão referente à destinação dos resíduos sólidos, sempre em estrita obediência à política nacional para o setor; à drenagem das águas pluviais nos leitos carroçáveis e na pista de pousos e decolagens; à questão da emissão de poluentes e da qualidade do ar face à produção de hidrocarbonetos de petróleo e à queima do querosene, combustível utilizado pelos aviões, assim como ao material particulado produzido pela queima da borracha decorrente do atrito entre os pneus das aeronaves e a pista. Exortou os empreendedores a voltarem os olhos para a bacia hidrográfica do Ribeirão dos Mudos, sítio que ainda preserva várias espécies de árvores hoje raras, face à preocupante movimentação de terra e à impermeabilização previstas, segundo o projeto, para o local. Reforçou o pleito de ver reconhecido o local destinado ao empreendimento como faixa de cerrado do Vale do Paraíba, à vista de sua importância para a região. Sugeriu fossem cultivadas, a partir de sementes coletadas no local, mudas das respectivas árvores, com o intuito de fazê-las replantar em época e local apropriados, nos limites dessa mesma faixa de cerrado. Ofertou sugestões de alternativas de acesso ao local da obra, buscando evitar a utilização da Via Dutra, já sobrecarregada. Respaldou o posicionamento anteriormente manifestado, e que daria conta da necessidade de se adequar a obra ao Plano Diretor do Município. Sublinhou aspectos relativos aos bairros do entorno do empreendimento e não abordados no estudo, e sugeriu a propósito se ampliasse e aprofundasse a discussão da obra com essas comunidades. Carlos Roberto Ventura, representante da Associação AMANARI, de Caçapava, declarou que ele, como os demais ambientalistas ali presentes, não se opunha ao progresso, acompanhado que vinha, como no caso da obra em discussão, de inúmeros benefícios econômicos, mas que os empreendimentos deveriam sempre e necessariamente estar lastreados em projetos ambientais. Manifestou perplexidade diante da pouca ou nenhuma participação da população diretamente interessada na discussão do empreendimento, em razão da falta de interesse dos empreendedores em fazê-la escutar, e salientou que a responsabilidade com o meio ambiente, que a todos afeta, deve ser por todos e cada um partilhada. Suscitou eventos relativos a empreendimentos que tiveram grande impacto sobre o município, e ressaltou o importante papel que o ambientalista detinha na prevenção e controle desses eventos. Considerou inadequada a implantação do centro no local pretendido, pois que afetaria não apenas ribeirões, fauna e flora silvestres da região, mas toda comunidade local, que, asseverou, deve ser respeitada em suas necessidades. Kleber Córdoba, presidente da Associação das Construtoras do Vale do Paraíba, enalteceu a importância do empreendimento, mormente na geração de riqueza para o município de Caçapava, e de modo particular no que se referia à criação de vagas de empregos. Informou que, nada obstante as ocasionais discordâncias acerca de determinados aspectos do empreendimento, a associação que representava, e da qual participam enquanto associadas cento e cinquenta construtoras, aprovava integralmente a obra. Opinou que o projeto, da forma como



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

conduzido, não impactava profundamente o meio ambiente local, e que, diversamente, ia ao encontro das necessidades do município. Luís Eduardo Correia Lima, representante do Instituto de Estudos de Proteção Animal de Caçapava-IEPA, declarou que, na condição de ambientalista há muitos anos e de ex-conselheiro do CONSEMA, via-se na obrigação de chamar a atenção para aspectos do estudo apresentado que, segundo sua apreciação, demonstram que o documento foi elaborado às pressas e em desobediência aos melhores critérios técnicos, urbanísticos etc. Comentou que o estudo não esclarece adequadamente acerca da recomposição vegetal da área desmatada. Relatou que o empreendimento, segundo o estudo apresentado, contribuiria para a redução do analfabetismo na região, enquanto na verdade o município é oficialmente reconhecido como sustentando um dos menores índices de analfabetismo de toda a região. Considerou impraticável, no contexto de um estudo idôneo e sem que a população da região seja impactada de modo irreparável, tornar operacional o projeto no exíguo prazo pretendido pelo empreendedor. Citou erro grosseiro do EIA, que situa o município de Caçapava em local diverso da Rodovia Presidente Dutra daquele que de fato ocupa, e alertou para a bibliografia que serviu de base para o estudo, que, quando não se mostrava superada, era lacunosa, como se observa pela omissão de importantes trabalhos produzidos no curso dos últimos anos, relacionados mormente com a fauna e a flora do Vale do Paraíba. Propugnou pela realização de mais aprofundados estudos com vistas a reduzir-se ao máximo o contingente populacional afetado pelo empreendimento, alertou para a insuficiência senão inocuidade das medidas mitigadoras previstas para o impacto resultante do aumento do ruído na região, requereu fosse esclarecido como se daria a compensação financeira pelos impactos produzidos pelo projeto. Manifestou preocupação com a preservação de importante sítio arqueológico, atingido pelo empreendimento conforme concebido no projeto. Asseverou que o Governo do Estado tem por dever proteger o patrimônio ambiental sob seus cuidados, e destacou que a discussão sobre o projeto deve ser aprofundada à vista de seus impactos, ainda que sob risco de se parecer retrógrado em se impor restrições à sua aprovação. Orlando Batista Gomes, representante da Associação Eco Vital, de Caçapava, sugeriu se incluísse no estudo em debate a criação de um viveiro de plantas, de modo a possibilitar sejam protegidas diversas espécies vegetais presentes na região, como o pau-terra e o barbatimão, entre outras tantas identificadas, e protestou quanto à celeridade do processo de licenciamento ambiental, impeditiva de uma mais aprofundada discussão acerca de seu teor. José Moraes Barbosa, professor e representante do Fórum Permanente de Defesa da Vida, de São José dos Campos, manifestou-se solidário às pretensões da população caçapavense. Informou que a organização que representava iria pleitear junto à Secretaria de Estado do Meio Ambiente a realização de audiências públicas sobre o projeto também nos municípios de São José dos Campos, Taubaté e Jacareí, face ao impacto regional do empreendimento em discussão, que se espria por todo o Vale do Paraíba. Comentou que a região vem crescendo de forma vertiginosa, o que tem sido razão de preocupação a todos quantos não desejam ver nela reproduzidos muitos dos problemas hoje verificados em São Paulo. Reforçou a necessidade de se criar um grupo interdisciplinar com o intuito de se elaborar o zoneamento ecológico na região. Alertou para a significativa piora da qualidade do ar e para o resultante aumento na incidência de doenças respiratórias em todo o Vale. Fez referência a projetos que teriam fortes impactos negativos sobre a população, e destacou projeto da municipalidade de São José dos Campos, que pretende ver termoelétricas instaladas no município. Ressaltou os danos ambientais provocados pela REVAP em Caçapava, colocou em xeque qualquer modelo desenvolvimentista que não tenha por base o respeito ao meio ambiente, e terminou por conclamar os cidadãos caçapavenses a não permitir que o município se torne uma nova São Paulo.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Vicente de Moraes Ciofi, representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente de São José dos Campos, destacou inicialmente, com relação ao plano diretor do município, que o só fato de prever o EIA seja instalado o empreendimento em área qualificada como de expansão urbana constitui impedimento bastante à implantação da obra onde prevista, e citou Resolução CONAMA 01/86, segundo a qual empreendimentos desse porte e natureza somente podem ter lugar em distritos exclusivamente industriais. Pontuou sua preocupação com o alto índice de permeabilização do solo que adota o estudo, que previu gerará importante impacto ambiental na região, podendo mesmo assumir dimensões catastróficas. Alertou para os perigos decorrentes da desconsideração de importantes impactos, específicos dessa categoria de empreendimentos, e para a necessidade de se estabelecer condicionante ao projeto no que tange à área destinada a reserva legal, conforme disciplinada pelo Código Florestal. Suscitou a importância de se abordar a questão relativa aos efeitos resultantes da somatória dos ruídos sobre as comunidades da região, e requereu maiores esclarecimentos quanto à destinação dos resíduos sólidos de construção civil provenientes do empreendimento. Ao final, propugnou pela realização de audiências públicas regionais. Gabriel Alves da Silva, representante do Núcleo Regional do Plano Diretor Participativo de Caçapava, anunciou que protocolizaria junto à mesa dos trabalhos requerimento solicitando fossem realizadas audiências públicas também em São José dos Campos, Taubaté, Redenção da Serra e Monteiro Lobato, todas cidades limítrofes com Caçapava. Requereu ainda fosse solicitado ao empreendedor que se acrescentasse ao estudo parecer do CONAR, para que o empreendimento seja avaliado também por ser órgão que administra especificamente a implementação de aeroportos, e forneceu maiores detalhes a respeito. Observou que não houve ainda adequado dimensionamento dos impactos negativos sobre o sistema de transportes local, assim como em relação à integração do empreendimento com as rodovias Presidente Dutra e Carvalho Pinto e à possibilidade de que o município sedie importantes eventos, como a próxima Copa do Mundo. Expôs sua preocupação, no que diz respeito aos parâmetros urbanísticos, com uma adequada harmonização entre o projeto, a legislação municipal e demais regramentos pertinentes, asseverou a importância de se estabelecerem restrições protetivas do entorno do empreendimento e patenteou sua preocupação com o gasoduto da Petrobrás, que secciona a área da área destinada à obra. Finalizou enfatizando faltarem importantes requisitos a cumprir no bojo do processo de licenciamento discutido, e destacou dentre esses um projeto que propicie adequada integração dos diferentes modais de transportes entre si e com o empreendimento. Paulo Jair, representante da Associação de Bairro de Caçapava Velha – Mavime, ponderou sobre a necessidade de São José dos Campos sair da estagnação em que se encontra há alguns anos, acordar para o progresso, acompanhando os Municípios vizinhos – São José dos Campos, Taubaté, Pindamonhangaba e Jacareí –, que abrigam um pólo industrial, que é a razão de ser de seu elevado PIB. Propôs como estratégias para tal finalidade a construção de acessos que liguem a Estrada Professora Olívia Lero à Rodovia Carvalho Pinto, região de Caçapava Velha, e a implantação, justamente nesse local, de uma rotatória. Propõe que a preservação do cerrado seja feita, dado que já existe um número significativo de árvores que podem ser preservadas, desde que o Poder Municipal a transforme em área de preservação. Depois de observar que está exercendo muito pouco o controle do tempo e que a audiência está-se transcorrendo de forma muito tranqüila e democrática, o Secretário-Executivo informou que se passaria à etapa em que as pessoas se manifestam em seu próprio nome. Antonio Ferreira da Silva teceu inicialmente considerações sobre a importância do projeto em termos aeronáuticos, não só para o Município de Caçapava como para o Brasil. Acrescentou que, como integrante, desde 1989, do Sistema de Investigação e Prevenção de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Acidentes Aeronáuticos – SIPAER, desenvolve, além da investigação, atividades voltadas para a prevenção de acidentes no tocante a tecnologias e a segurança, motivo de seu orgulho em testemunhar a instalação desse centro que, indiscutivelmente, contribuirá para diminuir mais ainda o percentual dos acidentes de vôo, que atualmente é da ordem de um para 1 milhão de horas-vôo, o que é ainda inadmissível. Comentou o importante papel desse centro, não só quando da realização de eventos internacionais que o País abrigará, como as Olimpíadas e a Copa do Mundo, mas, também, para tornar mais sustentável esse segmento, com a chegada de empresas de baixo custo que darão suporte aos jatos leves, que muito contribuirão para o aumento da segurança. Tenente Coronel Reserva da Aeronáutica Nilson Perini teceu comentários sobre a carência de infraestrutura portuária no Brasil e sobre a concorrência aberta pelo BNDS, cujo vencedor foi o Instituto de Tecnologia Aeroportuária – ITA, garantia de consistência do projeto. Ao final ponderou sobre a necessidade de o Governo Federal subsidiar essa obra. Marcelo Godoy, depois de tecer comentários elogiosos aos aspectos técnicos do projeto, chamou atenção para a necessidade de se levar em conta o impacto da obra sobre a vegetação, sobre a qualidade do ar – que será examinada pelos medidores instalados em vários pontos da cidade – e sobre o trânsito, que, como foi mostrado, será intensificado com o acréscimo de veículos da ordem de 3%, 90% dos quais são veículos leves. Requereu se esclarecessem aspectos da logística de transporte e da disposição final de esgotos e alertou para necessidade de implantação de um programa de monitoramento da fauna e, nesse contexto, dos corredores ecológicos, pela sua grande importância. Teceu considerações sobre os impactos provocados, entre outros, o que será causado pelo tráfego intenso de aviões sobre as atividades leiteiras, que, na região, precisamente em Caçapava, jogam importante papel econômico. Teceu também comentários que evidenciaram sua preocupação com o resgate dos animais e demonstraram espanto com a escassa biodiversidade diagnosticada pelo relatório como existente na região. Lamentou não ter sido criado um centro de triagem, necessário para reintrodução dos animais silvestres no contexto do qual foram retirados, contando-se apenas com o apoio da Polícia Militar Ambiental. Ao final, ponderou que, se implantado esse empreendimento, a região se tornará um modelo para o Brasil, mas, mesmo assim, considera imprescindível que sejam feitos alguns ajustes como também algumas modificações no EIARIMA, para que as informações que ele contém sejam mais facilmente compreendidas. Lauro Ney Batista, depois de informar que seu propósito de protocolar um documento com sugestões não foi bem-sucedido, pois não teve tempo suficiente para elaborá-lo, esclareceu que participava da Comissão Empresarial para Desenvolvimento Espacial, e considerava que a implantação desse projeto atenderia a uma necessidade da região, principalmente do setor aeroespacial, tanto das empresas que fabricam avião como daquelas que realizam sua manutenção, porque não contam com nenhum aeroporto. Observou que existe um pequeno aeroporto no CTA, em São José dos Campos, mas as empresas que aí foram implantadas ou passam por grande necessidade ou já se transferiram para outros Municípios e outros Estados. Comentou também que se falou muito a respeito do Plano Diretor de São José dos Campos e acreditava que o do Município de Caçapava já tivesse elaborado antes da avaliação desse empreendimento, pois, se isso tivesse acontecido, inquestionavelmente lhe teria sido destinada área específica, e não se faria a tentativa de implantá-lo na área industrial, o que absolutamente inadequado. Argumentou que, com a implantação do empreendimento, o Município terá o segundo CTA, mas, diferentemente do existente em São José dos Campos, o de Caçapava não se subordinará ao comando aeronáutico, que não tem interesse no desenvolvimento da indústria aeronáutica nacional. Esclareceu que o CEIA não é um aeroporto, mas um aeródromo empresarial, uma classe totalmente diferente, e que, portanto, diferentemente do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Aeroporto Internacional de Guarulhos, não receberá aviões de passageiros, como os Boeings, nem tampouco aviões de carga. Ao concluir pontuou que considerava este um excelente empreendimento não só para Caçapava como também para a região como um todo. Passou-se à etapa em que se manifestam os representantes do Poder Legislativo. José Ferreira da Cunha, Vereador do Município de Caçapava, inicialmente deu boas vindas ao Centro Empresarial Aeroespacial e passou a tecer comentários sobre a excelente localização do Município de Caçapava na região, distando apenas 100 km da cidade de São Paulo, 50 km de Campos do Jordão, 300 km do Rio de Janeiro, isto é, localizado em uma região nobre. Declarou ser necessário derrubar-se o mito de que Caçapava é uma cidade-dormitório, uma vez que só essa empresa criará aproximadamente 8 mil empregos e uma geração de recursos da ordem 120 milhões. Argumentou que a Câmara Municipal daria todo apoio à implantação do empreendimento, que a Prefeitura, por sua vez, fez seu papel, embora se tenha de respeitar as opiniões contrárias. Acreditava que, em breve, na Copa do Mundo de 2014, Caçapava estará abrigando uma grande estrutura, motivo por que todos estavam de parabéns. Passou-se à etapa das réplicas. Rogério Humberto Ribeiro Penido, representante da empresa Penido Construtora, responsável pelo projeto, inicialmente, teceu vários comentários, como, por exemplo, que um empreendimento dessa envergadura tem de ser pensado milimetricamente e são poucos os minutos concedidos para explicá-lo em detalhes. Passou, em seguida, a oferecer alguns esclarecimentos: 1º) que o tipo de árvores existente na área é aquele mais comum na região; 2º) que serão construídas duas estações de esgoto para devolver a água com condições de ser consumida, e que, para tanto, será usada tecnologia de última geração, não sendo poupados investimentos para isso; 3º) que, apesar de não permanecer na região depois de concluído o empreendimento, pretende deixá-lo solidamente instalado, de modo que possa tornar-se uma referência; 4º) que, quando se fala em energia solar, se pode ter certeza que o empreendimento terá à sua disposição esse tipo de energia, e que, quando se fala em controle ambiental, pode-se também ter certeza de que ele será feito para que as futuras gerações de possam usufruir das condições ambientais a que têm direito, e que, em razão dessa perspectiva, não se está tentando nem poupar nem economizar. 5º) que tinha paixão por desenvolver espaço, elaborar projetos, criar condições de vida, daí a preocupação com o meio ambiente, e que esse projeto vem sendo desenvolvido há quatro anos; 6º) que reconhecia que Caçapava era um dos lugares mais bonitos que conhecia, com áreas fartas de verde, corredores ambientais maravilhosos, e que tudo isso será poupado; 7º) que, em relação a esse empreendimento, no futuro ninguém falará que houve erro, que houve corrupção, e que os empreendedores tinham condição de olhar no olho do outro, porque construíram um projeto limpo, honesto e digno de ser aprovado. Rosa Cristina Silveira, geógrafa que integra a equipe responsável pela elaboração dos estudos ambientais, declarou que pretendia responder a todos os questionamentos. Em primeiro lugar, informou que o EIA/RIMA era elaborado antes da definição detalhada do projeto, e que, no caso desse empreendimento, não se sabe ainda quantas indústrias serão implantadas e de que tipos. Em segundo lugar, declarou que alguns questionamentos foram feitos porque os questionadores não ouviram a exposição feita inicialmente, oportunidade em que foram mostrados todos os planos necessários, embora ainda não detalhados, o que só será feito depois de realizado o projeto executivo. Em terceiro lugar, que se utilizou o levantamento da vegetação porque se reconheceu que ele estava bem feito, e que a ele se acrescentaram novos dados. Em quarto lugar, que há, sim, representantes do cerrado, mas nem toda a vegetação é classificada como tal, uma vez que a área se encontra completamente alterada, com pouquíssimos capões de mata, e tudo o que lá existem constam do plano de recuperação da área. Em quinto lugar, que o levantamento arqueológico foi feito por uma técnica considerada uma das



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

maiores arqueólogas brasileiras, e que todas as exigências propostas por ela constam da legislação federal, entre as quais as que seguem: 1) resgatar o material antes da implantação do empreendimento e enviá-lo para um museu que esteja vinculado a uma universidade – e que esse material existe e tem de ser resgatado; 2) fazer a divulgação pública do material arqueológico e histórico encontrado, tal como exige a legislação. Ao concluir afirmou que o EIARIMA pode ter falhas e estas podem ser corrigidas e que a SMA já formulou vários pedidos de complementação, o que era normal, pois um estudo monumental como esse, embora fruto de um trabalho sério, jamais estará completo e será objeto de aperfeiçoamento, inclusive para atender à população. Foi concedida a palavra ao Senhor Sullivan, que reiterou tratar-se de um projeto polêmico e complexo, e que, até mesmo em decorrência dessa complexidade, havia pessoas da região preocupadas com a impermeabilização, com o aumento de ruídos e vários outros aspectos e questões que não foram suficientemente analisadas. Comentando as questões levantadas, Rosa Cristina Silveira esclareceu que, justamente para a área onde será implantado o CEIA, poderia ser implantado um grande loteamento, e que, se isso efetivamente ocorresse, escoariam para ela uma maior quantidade de águas superficiais. Asseverou que o estudo sobre a drenagem foi bastante aprofundado, e que ele foi antecedido por uma análise de todos os aeroportos da região, até mesmo para que as pistas que serão construídas ficassem paralelas à cidade de São José dos Campos, não só por causa dos ventos, mas para evitar que ocorram conflitos aéreos de aeronaves a distância de apenas 18 km. Asseverou também que cada uma das pistas foi analisada pelo Comando da Aeronáutica e, portanto, quando a Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC aprovou o aeroporto, o aeródromo também a ela foi submetido. Esclareceu que, além das pistas, será construído um heliponto, que se destina, como todos sabem, a aeronaves distintas e desenvolvem velocidades igualmente distintas, motivo que levou à adoção de medidas que diferenciam o tráfego. Esclareceu também que, ao se comparar os dois aeroportos, o de São José dos Campos, com uma área de quase 3 mil metros, e o CEIA, com uma área de 1 mil e quinhentos metros, é possível ver nitidamente que o entorno do último é mais tranqüilo, e que, enquanto a aproximação das aeronaves para o aeroporto de São José dos Campos passa em frente da área central de São José, a do CEIA passará pela Rodovia Presidente Dutra, numa altura de 1 mil 500 a 2 mil pés, e que, portanto, os impactos causados pelos ruídos, serão bem diferenciados. Argumentou que os estudos demonstraram que o vento se dá no sentido sul e que a decolagem se dará em outra direção, na qual se pode observar que há poucas construções. Acrescentou igualmente que foram realizados estudos sobre as aeronaves, que haverá vôos VFR, o que significa vôo visual e quer dizer que o piloto, ao se dirigir ao CEIA numa certa altura – entre 5 e 10 mil pés – e entender que se encontra fechado, irá embora, e a consequência é que nunca haverá voos rasante, apesar de o comandante dispor, até certa altura, de um instrumento que lhe permitirá descer até conseguir enxergar a pista na qual pousará. Esclareceu ainda que haverá balizamento noturno, com a utilização do papique – um equipamento de precisão que oferece o ângulo do planeio da aeronave – e também contará com uma torre de controle que realizará um supercontrole, e que, portanto, não se trata de um aeroporto simples. Esclareceu, por último, que, no cenário proposto para daqui a 10 anos, o ruído das aeronaves terá diminuído bastante, e que essa diminuição já vem acontecendo. Senhor Sullivan declarou que, em nome da cidade da Caçapava, onde havia nascido, agradecia imensamente ao movimento ambientalista que veio defendê-la e, também, o Vale do Paraíba. Agradeceu a brilhante defesa que fizeram sobre o meio ambiente e em defesa da sociedade de Caçapava, após o que afirmou que, como cidadão nato de Caçapava, não era contrário à implantação do empreendimento, desde que sustentável e desde que atenda aos anseios da sociedade



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

no que diz respeito à qualidade de vida, - que implica qualidade da saúde e da educação. Reafirmou que não era contrário ao desenvolvimento, e que não desconhecia que ele tinha um custo e que, portanto, a implantação desse empreendimento causará ônus tanto para Caçapava como para o Vale do Paraíba. Declarou esperar que esse empreendimento trouxesse melhorias para a região e que essa audiência fosse proveitosa e as controvérsias, superadas. Cláudia Sorge, representante do DAIA, declarou que, reiterando aquilo que o Secretário-Executivo havia esclarecido, todas informações, propostas e pontos de visto surgidos na audiência serão encaminhados para análise a ser feita pelos técnicos da CETESB, que, provavelmente, se julgarem necessário, solicitarão ao empreendedor que ofereça complementações. Esclareceu que o setor que avalia a viabilidade ambiental dos empreendimentos na CETESB não trabalhava sozinho, porque ouvia as áreas específicas, ou seja, aquelas que têm interface com o empreendimento, como, por exemplo, o setor de ruído, de qualidade do água e do ar; o que trabalha com empreendimentos urbanísticos; as áreas da SMA que tratam de questões ligadas à vegetação, além do Instituto do Patrimônio Histórico, Arqueológico e Natural – IPHAN. Manifestou-se, representando o CONSEMA, o Capitão Marcelo Robis Nassaro. Ele declarou, inicialmente, que a arquiteta Cláudia Sorge mostrou a competência do órgão ambiental do Governo do Estado de São Paulo e a seriedade com que trata o assunto. Acrescentou, em seguida, que o representante do CONSEMA que se senta à Mesa Diretora dos Trabalhos não se manifesta a respeito do valor do empreendimento, porque esse não é o momento da apreciação de sua viabilidade ambiental, mas, sim, de se ouvir a comunidade, os empreendedores organizações não-governamentais e as autoridades, para que forneçam subsídios que serão incorporados ao processo de licenciamento. Reiterou que o conselheiro que se senta à Mesa Diretora dos Trabalho, como ele, que representava no CONSEMA a Secretaria de Defesa Pública, analisava todas as informações e dados sobre os empreendimentos pelo viés da segurança pública, na medida em que aumentam a população e geram demanda para a Secretaria de Defesa Pública. Argumentou que, portanto, o empreendimento seria analisado sobre outros aspectos, além do enfoque do meio ambiente, como a obediência aos trâmites legais, ou seja, se todos eles foram implementados, se foram ouvidas todas as pessoas, se foram respeitados todos os posicionamentos, enfim se o evento corroborou para que o órgão técnico possa se manifestar. Acrescentou ser essa a mensagem que o conselheiro do CONSEMA também deve levar para os seus colegas, inclusive os que estiveram presentes na audiência e que igualmente testemunharam sua realização da audiência pública brilhantemente conduzida pelo Secretário-Executivo Germano Seara Filho. O Secretário-Executivo informou que, independentemente ou não de serem realizadas outras audiências, as pessoas tinham ainda cinco (05) dias úteis, a partir da data da audiência, para encaminhar qualquer contribuição que queira ver juntada ao processo para ser analisada. Acrescentou ter gostado da audiência cuja condução vinha fazendo há mais de dezenove anos. Comentou que havia algumas audiências que eram longuíssimas, como as que ocorreram recentemente sobre o Trecho Norte do Rodoanel Metropolitano Mário Covas. Acrescentou que de algumas dessas audiências participaram mais de 1 mil pessoas, que elas também foram muito produtivas – embora o ambiente estivesse mais quente do que está aqui – e com posturas e posicionamentos às vezes muito conflitantes, o que também apareceu aqui, mas com uma significativa diferença, dado que os pontos de vista contrários foram emitidos com muito respeito. Declarou ter gostado muito do respeito que as pessoas dispensaram umas às outras, de modo que todos puderam manifestar-se, como comentou o representante do CONSEMA Capitão Robis Nassaro. Agradeceu todas as contribuições, que, como igualmente havia dito o Capitão, seriam cuidadosamente analisadas pelas equipes técnicas da CETESB. Esclareceu que essa etapa ensinava a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

requisição de informações complementares, necessárias à determinação, segundo os parâmetros legais, da forma como deverá ser realizada a compensação ambiental. Observou que, considerado viável o empreendimento e emitida a licença prévia, as condicionantes estabelecidas no documento deverão necessariamente ser atendidas para obtenção da próxima licença, que é a implantação do empreendimento. Depois de declarar vencidas as fases da audiência, o Secretário-Executivo informou que as pessoas que ainda desejassem contribuir para o aperfeiçoamento do projeto poderiam enviar sua contribuição, no prazo de cinco dias úteis, contados a partir da data de realização dessa audiência pública, protocolando-a diretamente na Secretaria Executiva do CONSEMA, enviando-a através dos Correios ou pelo endereço eletrônico consema.sp@ambiente.sp.gov.br . Mais uma vez agradeceu, em nome do Secretário de Estado do Meio Ambiente e Presidente do CONSEMA, Bruno Covas, a presença de todos e declarou encerrados os trabalhos da audiência. Eu, Paula Frassinete de Queiroz Siqueira, Diretora do Núcleo de Documentação e Consulta